



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

A PROFESSORA LÚCIA EMÍLIA CARVALHO DE ARAÚJO E A
REPRESSÃO DE 1964 EM PERNAMBUCO: A TRAJETÓRIA DE
UMA EDUCADORA VÍTIMA DA DITADURA.

Professor Lúcia Emília Carvalho de Araújo and the 1964 repression in Pernambuco: the trajectory of an educator who was a victim of the dictatorship.

Caio Leite C. Terencio

Recife

2021

Caio Leite C. Terencio

A professora Lúcia Emília Carvalho de Araújo e a repressão de 1964 em Pernambuco: a trajetória de uma educadora vítima da ditadura.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Recife, 13 de dezembro de 2021

Banca Examinadora

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcília Gama da Silva
DeHist – UFRPE

Prof.^a Mr.^a Élcia de Torres Bandeira
DeHist - UFRPE (Avaliadora Interna)

Ms^o Ademir Bezerra de Melo Junior
Doutorando – UFPE (Avaliador externo)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T316p Terencio, Caio Leite Correia
A PROFESSORA LÚCIA EMÍLIA CARVALHO DE ARAÚJO E A REPRESSÃO DE 1964 EM PERNAMBUCO: A
TRAJETÓRIA DE UMA EDUCADORA VÍTIMA DA DITADURA. / Caio Leite Correia Terencio. - 2021.
26 f. : il.

Orientador: Marcilia Gama da Silva.
Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, , Recife, 2022.

1. Ditadura. 2. Repressão. 3. Pernambuco. I. Silva, Marcilia Gama da, orient. II. Título

CDD

Apresentação

Como etapa concluinte do curso de licenciatura plena em História, e de acordo com as normas acerca do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), o presente artigo é apresentado. O mesmo seguiu as diretrizes de submissão da revista AEDOS, a qual é associada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O artigo foi construído com base em documentação oficial da repressão de 1964 em Pernambuco, do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS -; do Arquivo Nacional; pesquisas em periódicos locais, bem como nacionais, para traçar a trajetória de uma das vítimas da ditadura, a professora estadual de Pernambuco Lúcia Emília Carvalho de Araújo, militante do Partido Comunista Brasileiro, atuante junto as Ligas Camponesas e integrante do Movimento de Cultura Popular (MCP) no município de Jaboatão dos Guararapes. Com o golpe de 1964 foi aposentada; presa; torturada; separada da sua filha e, posteriormente, em 1969, assassinada pelas forças de repressão da ditadura.

O estudo e pesquisa da ditadura militar brasileira e de suas vítimas representa a luta pelos direitos humanos e o respeito as liberdades individuais e políticas. Uma prática antiautoritária que tem por objetivo fazer a Justiça de Transição no Brasil, baseado em fatos concretos e no fazer científico, evidenciando as arbitrariedades cometidas pelo estado de exceção.

Resumo

Mesmo após 57 anos do início da ditadura militar brasileira, a discussão sobre o tema gera debates acalorados e passionais. Os direitos humanos e as liberdades individuais ainda são relativizados de forma contumaz, no entanto pouco se aprendeu com esta experiência. Discursos políticos inflamados detratam os que caíram na luta contra a ditadura em uma tentativa de justificar as atrocidades cometidas pelo regime. Uma dessas vítimas foi a professora Lúcia Emília Carvalho de Araújo, que assim como centenas de outras vítimas carecem de uma aprofundada pesquisa sobre as sevícias a que foram submetidos. O acervo documental utilizado para esta pesquisa provém do Arquivo Público de Pernambuco, o qual detém vasta documentação do antigo Departamento de Ordem Política e Social – DOPS – (1935 – 1990).

Palavras-chave: Ditadura; Repressão; Pernambuco.

Abstract

Even 57 years after the beginning of the Brazilian military dictatorship, the discussion on the subject generates heated and passionate debates. Human rights and individual liberties are still relativized in a contumacious way, and not much has been learned from this experience. Fiery political speeches detract from those who fell in the fight against the dictatorship in an attempt to justify the atrocities committed by the regime. One such victim was the teacher Lúcia Emília Carvalho de Araújo, who, like hundreds of other victims, lacks in-depth research about the mistreatment to which they were subjected. The documentary collection used for this research comes from the Public Archive of Pernambuco, which has vast documentation from the former Department of Political and Social Order – DOPS – (1935 – 1990).

Keywords: Dictatorship; Repression; Pernambuco.

Introdução

As raízes políticas, econômicas e sociais do golpe de 1964 podem ser observadas em diversos contextos anteriores, Motta (MOTTA, 2002, P. 286), afirma que a segunda eclosão mais significativa do anticomunismo no Brasil teve início na década de 1960, mas que mobilizações ocorreram desde a década de 1950, a exemplo da “Cruzada Brasileira Anticomunista”. Além disso, explana-se a tentativa de impedimento da posse de Juscelino Kubistchek em 11 de novembro de 1955, frustrada pela atuação do Marechal Lott.

Todavia é na década de 1960 que o crescimento e a reestruturação das organizações populares de esquerda, como Ação Popular (AP); reestruturação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e a forte atuação das Ligas Camponesas e Política Operária (POLOP) (MOTTA, 2002, P. 288) – que possuía grande representatividade em Pernambuco -, faz com que setores reacionários se mobilizem em um forte contra-ataque à democracia e aos movimentos populares. Tal mobilização se torna evidente na tentativa de impedimento da posse de João Goulart em 1961, quando da ocorrência da renúncia de Jânio Quadros. Com a sua posse garantida pela Campanha da Legalidade, o presidente Goulart iniciou uma campanha nacional para o desenvolvimento de reformas de bases, como a reforma agrária. Setores conservadores da elite brasileira logo se mobilizaram, atraídos pela União Democrática Nacional (UDN), em eventos como a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade de 19 de março de 1964.

A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade traduz de forma nítida os valores morais e políticos defendidos pela elite conservadora brasileira do período. O apoio de setores da Igreja Católica, o medo de pautas progressistas e populares e uma rígida noção de moral e ética cristã fizeram do evento uma tradução singular do golpe de 1964. Cartazes bradavam dizeres como “Queremos um governo cristão”, “O Brasil não será uma nova Cuba”, representando uma associação entre igreja, conservadorismo e anticomunismo (MOTTA, 2002, P. 297) que mais tarde vitimará a professora Lúcia Emília de Araújo.

Com a trajetória da professora Lúcia Emília, poderemos visualizar a partir da micro história o contexto político e social do Brasil ditatorial de 1964 até 1969, assim, retratando com base na vitimação da professora, até então não discutida historiograficamente, as formas de repressão da ditadura militar brasileira. Sobre a inversão de procedimentos ocasionada pelo o uso da micro história, pontua Vainfas:

A redefinição da noção de contexto implica, portanto, para a micro-história "um convite para inverter o procedimento mais habitual para o historiador, aquele que consiste em partir de um contexto global para situar e interpretar seu texto". Reside nesse ponto uma das ambições da micro-história: conseguir iluminar aspectos da história geral, dinâmicas, processos que forçosamente escapam a um olhar macro-histórico das sociedades. (VAINFAS, 2002, P. 119)

O Pernambuco anterior ao golpe

Em Pernambuco o momento era de efervescência das esquerdas, como citado, o POLOP¹, contou com grande atuação nos interiores do estado e mobilizou os campos. Merece destaque a ação das ligas camponesas, associações de trabalhadores do campo criada na década de 40, mas que ganhou maior notoriedade na década seguinte, por conta de reivindicações surgidas no Engenho Galileia, localizado em Vitória de Santo Antão, contexto de grande volatilidade e de conflitos entre camponeses e latifundiários. As reivindicações se davam principalmente no que concerne melhores condições de trabalho e de vida, e costumavam se encaminhar também por meios jurídicos. Com isso emerge do movimento Francisco Julião, advogado já anteriormente ligado à luta dos

¹ A Organização Revolucionária Marxista Política Operária – POLOP – surgiu em janeiro de 1961 como resultado da junção de pequenos grupos marxistas espalhados pelo Brasil que divergiam do Partido Comunista Brasileiro – PCB – por acusarem este de buscar uma união com a burguesia nacional. Foi composta principalmente por estudantes, intelectuais e também por militares de baixas patentes. Durante a ditadura militar ficou conhecida como “Guerrilha de Copacabana”, mas por conta de militares da marinha infiltrados na organização e a consequente prisão dos líderes, o grupo guerrilheiro foi desmantelado, voltando à atuar somente intelectualmente. Mais tarde, em 1967, se fragmentou em diversos outros grupos como a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR -, o Comando de Libertação Nacional – COLINA -, e a Frente de Esquerda Revolucionária – FER.

trabalhadores rurais, e mais tarde eleito deputado federal por Pernambuco. Entretanto os movimentos progressistas irradiavam por todos setores, na cultura e educação, por exemplo, a pedagogia freireana² era amplamente divulgada pelo Movimento de Cultura Popular, como pontua Marcília Gama:

O clima de tensão não se limita ao campo, nas cidades, os movimentos sindicais e grevistas atuam pressionando por melhores condições de trabalho e sobrevivência; na cultura, com o Movimento de Cultura Popular (MCP), propostas alternativas para a educação de caráter popular revolucionam, na concepção de seus integrantes, o aprendizado, a partir de um programa integrado que associa a música, o teatro e a leitura pelo método de ensino elaborado por Paulo Freire, que parte da realidade da população para educar, conscientizando-a. (SILVA, 2007, P. 31)

O MCP fora criado em 1960 por estudantes universitários, artistas e intelectuais em articulação conjunta com a Prefeitura do Recife, que, no momento da sua criação, era gerida por Miguel Arraes. Foi fundado como uma entidade privada sem fins lucrativos, a qual se mantinha por conta do apoio da Prefeitura da Cidade e do Governo do Estado, além do apoio financeiro prestado por intelectuais da região. Entre os fundadores do MCP, se destacam notórios nomes de cultura pernambucana, como: Ariano Suassuna, Abelardo da Hora, Paulo Freire e Francisco Brennand. Apesar da oposição de setores conservadores, chegou, em 1962, a contar com mais de 20 mil alunos, entre adolescentes e adultos que buscavam se alfabetizar. Posteriormente o movimento também se dedicou ao desenvolvimento de atividades culturais, como o teatro, exposições artísticas, oficinas de artes plásticas e afins, voltando-se para além da educação básica e atuando como fomentador da cultura pernambucana.³

Lúcia Emília de Araújo, professora estadual desde 1962, detentora da cadeira de número 172 do município de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. A referida lecionava em uma escola humilde no bairro de Cova da Onça e também no Engenho Corveta, também no município de Jaboatão. Mãe solteira de uma menina, acreditava na pedagogia do oprimido de Paulo Freire, e fazia parte do MCP em 1964.

²O pernambucano Paulo Freire (1921 – 1997) é o patrono da educação brasileira e autor da pedagogia do oprimido, onde se busca além de ensinar o estudante as disciplinas escolares, também conscientiza-lo sobre a sociedade na qual está inserido. Coordenou o Plano Nacional de Alfabetização na década de 1960, foi preso e exilado durante a ditadura militar por ter a sua prática pedagógica associada ao comunismo.

³DOS SANTOS, Rosana Maria. Movimento de cultura popular: um projeto de políticas públicas educacionais e culturais na cidade do Recife na década de 1960. Anais do Viva a Pernambucanidade Viva, Recife, v. xiii, p. 1, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.fafire.br/diretorio/vpv/vpv_18_01.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2021.

Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), conheceu a filosofia marxista por meio de Joaquim Oliveira, um dentista da região de Jaboaão, e, mais tarde, recebeu o convite para adentrar nos quadros do partido. Participou de encontros com notórias personalidades do partido, a exemplo de Luiz Carlos Prestes e David Capistrano. Durante os antecedentes do golpe de 1964, estava atuando junto às ligas camponesas, segundo testemunhas e depoimento da própria⁴ professora, por se inserir muito próxima à realidade rural do município de Jaboaão e se tornar pessoa querida dos campesinos. Começou a atuar como intermediadora entre estes e os administradores dos engenhos. Por conta desta atuação próxima às ligas, principiou a ser reconhecida como agitadora por latifundiários e conservadores locais, apoiou a candidatura do dentista Joaquim Oliveira ao cargo de vice-prefeito do município, sem êxito, acumulou somente desafetos políticos, entre eles o candidato a prefeito da oposição e alinhado à ditadura⁵, Vicente Carício.⁶

O golpe

Na madrugada de 31 de março de 1964, as forças golpistas deram início as movimentações para a tomada do poder constituído, com o apoio da marinha americana com a Operação denominada *Brother Sam*⁷. O General Olímpio Mourão foi quem deu o ponta pé inicial das movimentações, movendo tropas de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. João Goulart, que estava em viagem oficial à China, é acusado de deixar vacante o cargo de presidente, momento em que assume a presidência do país o presidente da câmara dos deputados Ranieri Mazzilli, para em seguida passar o poder para o autointitulado “Comando Supremo da Revolução”, composto por representantes das três forças armadas.

Em paralelo a repressão atingiu fortemente os setores da esquerda brasileira. Em Pernambuco, Gregório Bezerra, líder comunista e ex-militar, é preso ao chegar ao CPOR do Recife, despido e amarrado a um Jeep para ser arrastado pela Avenida 17 de Agosto. O governador Miguel Arraes, ainda no primeiro de abril, é preso pelo IV exército por se

⁴ SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 34

⁵ SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 31

⁶ Vice prefeito de Jaboaão de 1955 até 1959, quando substituiu o prefeito Aníbal Varejão que renunciou após assassinar o juiz Luís Regueira da Cunha no palácio da justiça do município. Após o fim do mandato retornou como prefeito eleito em 1963 e exerceu as funções até 1968, por ter o mandato prorrogado em 1 ano.

⁷ A Operação *Brother Sam* (Operação Irmão Sam) foi fruto da crise diplomática entre o governo de João Goulart e os EUA, que por meio da Marinha e da Força Aérea norte-americanas enviaram uma frota naval com apoio aéreo para disponibilizar apoio logístico para os militares golpistas, o plano consistia ainda em apoio de tropas terrestres em caso de resistência contra o golpe de estado.

recusar a renunciar ao cargo de governador, assim como o Deputado Federal Francisco Julião, grande mobilizador e articulador das ligas camponesas do estado. No Rio de Janeiro, a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) é incendiada.

Neste período a professora Lucia Emília abandona suas funções, tanto profissionais quanto de militância e retorna ao Recife, para a casa dos pais, versão que é corroborada mais tarde em seu depoimento e pela sua advogada. Porém, sua filha, Iracema, afirma em relato à Comissão de Anistia e ao jornalista Eduardo Reina, que traz este depoimento no livro *Cativeiro Sem Fim*: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil, que ela e sua mãe estiveram em Xexéu, interior de Alagoas, neste momento para se refugiar dos agentes de repressão em uma fazenda, momento em que ocorre sua primeira prisão.

Segundo Iracema, ela e sua mãe foram abordadas por homens em um carro enquanto andavam pelas ruas com malas de roupas, e então foram, de forma violenta, jogadas no carro. Iracema relata que esta prisão, além de traumas, também deixaram marcas físicas até hoje, conforme a referida, algum dos agentes feriu um de seus olhos com o dedo, gerando grave lesão que até hoje compromete sua visão em 80%, (REINA, 2019, P. 214). Esta prisão não consta em arquivos policiais de Pernambuco ou da comissão militar que investigou e processou a professora.

Para dar respaldo a repressão, a junta militar baixou, em 9 de abril de 1964, 10 dias após o golpe, o Ato Institucional de Número 1, o AI-1. O ato definia que o governo teria o poder de cassar mandatos políticos, assim como suspender os direitos políticos individuais por dez anos, e afastar do serviço público qualquer pessoa que fosse considerada subversiva aos olhos do novo regime, impor aposentadorias compulsórias, prisões arbitrárias e a tortura como método de ação. Neste momento são abertos uma infinidade de IPMs – Inquéritos Policiais-Militares. Um dos alvos destas investigações foi a professora Lúcia Emília de Carvalho Araújo.

É nesse sentido que se coloca o poder da informação sobre pessoas e fatos e os efeitos que a posse desses “saberes” irá proporcionar, na medida em que dela o governo militar tomará posse no intuito de por em prática a “limpeza” no tecido social, eliminando toda e qualquer manifestação de oposição ao regime. Nesse sentido a coleta, manuseio, disseminação das “provas” de combate ao comunismo e corrupção são forjadas no universo dos arquivos policiais, nas esferas dos órgãos de informação e segurança, como representações de um crime que deveria ser extirpado a qualquer custo da sociedade. (SILVA, 2007, P. 38)

No dia 11 de abril de 1964, o Marechal Castelo Branco é eleito em votação fechada no congresso como presidente do Brasil, visava, a princípio, terminar o mandato de João Goulart e em seguida devolver o poder aos civis, era conhecido como membro do “grupo Sorborne”, a considerada linha moderada do exército em contraste com a chamada “linha dura”, representada por Costa e Silva.

Em Pernambuco, neste período assumia o governo do estado o vice governador de Miguel Arraes, Paulo Pessoa Guerra, político que mais tarde, com a implementação do AI-3, em fevereiro de 1966 se alinhou à ARENA, partido da situação na ditadura militar, a qual sofria oposição somente do MDB, Movimento Democrático Brasileiro, sigla que abrangia toda a oposição tolerada pelo regime, isto, por conta da extinção dos partidos políticos e implementação do bipartidarismo. Porém, as ordens regionais eram vindas majoritariamente da 7ª região militar, principalmente nos assuntos referentes à suposta segurança estabelecida pelos aparatos da repressão, cabia, portanto, ao governo estadual acatar e executar tais ordens, papel exercido na ponta da lança pela secretaria de segurança social.

A burocratização da repressão

Com o AI-1 é instaurada a “Comissão de Investigação Sumaria” no estado de Pernambuco e 27 dias após o golpe, em 27 de abril de 1964, é aberto o inquérito de número 17, com base no artigo 7 do AI-1 que determinava que “ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade”⁸. Seguido de processo que teve como relator o tenente coronel João Antônio Coimbra da Trindade e executado pelo promotor público Waldecy Soares Fonsêca, para investigar Lúcia Emília, que neste momento já estava em Recife, na casa dos seus pais. É interessante notar que na mesma data são convocados e comparecem de imediato duas testemunhas para depor contra Lúcia Emília, um vigário da paróquia de Muribeca, em Prazeres, Padre Antônio Bezerra Lima, e um funcionário do IBGE, locado na região de Areias, em Recife, José Antônio de Lima Neto. Outra observação importante é a de que não consta outro denunciante, somente o procurador e as testemunhas de acusação da suposta conduta subversiva da professora.

Como era costumeiro, os professores e professoras da educação básica do estado de Pernambuco compareciam normalmente em março à sede do IBGE, localizada em

⁸BRASIL. Casa Civil. ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Areias, no Recife, para entregar dados referentes ao ano letivo, e assim Lúcia Emília o fez, ocasião onde encontrou com as testemunhas.

Em seu depoimento, o padre Antônio Bezerra de Lima declara que no encontro com Lúcia Emília, em meados de março do mesmo ano (1964), às 9 horas da manhã foi ao serviço de estatística buscar dados sobre a educação de sua paróquia, quando se deparou com a professora em semelhante situação. Segundo o padre, enquanto aguardava, Lúcia desenvolveu conversa com o referido e ao ver que o padre fumava, solicitou um cigarro. É interessante notar que apesar de afirmar não conhecer Lúcia, o padre alega que conhecia sua participação no MCP, e que também sabia que a professora era mãe solteira, motivos que segundo o depoente o fizera ter uma péssima impressão sobre a mesma.

[...] pessoa que ali também se achava, interessada em problema escolar; que a referida professora, no serviço de Estatística, iniciara uma palestra com ele declarante, isso sem se tratar mesmo de pessoa conhecida dele declarante; que pedira a dita professora até um cigarro, ao declarante, que então fumava; que apesar de discordar das idéias dele declarante, pois tinha uma ideologia diferente, assim afirmara então a referida professora, era coordenadora do Movimento de Cultura Popular (MCP); que ele declarante tivera então uma péssima impressão da professora, pessoa que segundo soube é separada do marido e que vinha à frente daquele Movimento [...] (SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 21)

Vemos neste depoimento alguns dos alicerces ideológicos da ditadura militar e da elite conservadora que participou de movimentações como a da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. A crítica à professora Lúcia Emília por ser mãe solteira, ou nas palavras do vigário “separada do marido”, ilustram o ideário cristão-conservador de família, a qual uma mulher não poderia assumir de forma independente a criação de filhos sem ser mal vista pela sociedade.

Como afirmam Ana Maria Colling e Ary Albuquerque Cavalcanti Junior, para a sociedade da época a militante seria um desvio de mulher, isto por não fazer parte do modelo histórico feminino construído pelo imaginário masculino.⁹ No caso de Lúcia, por se tratar ainda de mãe solteira, o cenário se agravava frente à opinião social e nestes casos o gênero se torna ainda alvo de violência simbólica ou física, como os diversos casos de estupros. Ao citar o MCP, também percebemos que o movimento iniciado em 1960 gerava apatia de setores da sociedade civil, como da igreja, que no período ainda era um

⁹ COLLING, Ana Maria; JUNIOR, Ary Albuquerque Cavalcanti. MILITANTES E GUERRILHEIRAS: as mulheres e a ditadura militar no Brasil. Revista Espacialidades, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 49, 2019.1. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades>. Acesso em: 7 dez. 2021.

dos principais setores responsáveis pela educação, promovida com caráter religioso, da população da região.

Já no depoimento do agente chefe do Instituto de Estatística José Antônio de Lima Neto, o declarante afirmou que sempre lida com as professoras estaduais e com os problemas educacionais no seu setor, já que estas possuíam a obrigação de entregar relatórios anuais. Corroborou a versão do padre ao afirmar que por meados do fim de março do mesmo ano (1964) Lúcia Emília, de aparentes trinta e poucos anos, ao levar as estatísticas do ano letivo anterior se aproximou do padre Antônio Bezerra de Lima para solicitar um cigarro ao mesmo, que fumava, e hesitantemente cedeu ao pedido, em seguida a professora afirmou que possuía princípios diferentes dos do padre e que trabalhava em sua paróquia, coordenando escolas que seriam organizadas por sindicatos nos meios rurais.

Segundo o relato, apenas por se dizer contrária aos princípios do Padre e com base nas escolas em que lecionava, o agente de estatística já foi capaz de uma suposta dedução de que a professora seria de esquerda “extremada”, fundamentação legal fútil, mas que para o estado de exceção vigente seria o suficiente para uma condenação baseada em ato institucional monocrático, mesmo que o referido “crime” e suas provas sejam datados de período anterior à imposição de tal regime jurídico e suas normas.

Ao encerrar os depoimentos, o presidente da comissão, promotor público Waldecy Soares Fonsêca, solicitou como testemunhas outras duas pessoas: Vicente Alberto Carício, prefeito do município de Jaboaão de 1963 à 1968 e Absalão Brasileiro Pereira, e ordenou que após as testemunhas fossem ouvidas tivesse lugar o depoimento da professora acusada.¹⁰ Assinaram os testemunhos além dos depoentes o procurador e os outros dois membros da comissão, o 2º tenente do Exército, Rosalvo de Araújo Silva e o 3º sargento do exército e escrivão do processo José Gomes de Aquino Filho.

O depoimento do prefeito de Jaboaão no período do golpe, Vicente Alberto Carício, é o único que não consta nas páginas do inquérito, por motivos desconhecidos, mas é possível saber que ele esteve presente para expressar sua versão dos fatos e parte do conteúdo do mesmo discurso. Em trecho escrito pela advogada da professora indiciada que as duas partes “não mantinham boas relações de amizade” por ocasião das eleições do município, conjuntura em que professora Lúcia Emília tomou parte na campanha dos

¹⁰ SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 21

adversários políticos do então prefeito, argumento que impossibilitaria a capacidade de neutralidade do seu depoimento.¹¹

O quarto testemunho, de Absalão Brasileiro Pereira, funcionário público federal, servidor local da rede ferroviária do nordeste, foi realizado dois dias após os dois primeiros testemunhos, no dia 29 de abril de 1964, no edifício da prefeitura de Jaboatão e estiveram presentes os mesmos membros da comissão de inquérito. O depoente informou que trabalhara há 14 anos na rede ferroviária daquela região, e que portanto saberia descrever bem a vida local e seus problemas.

Afirmou que chegou a gerir um núcleo de assistência na região, ligado ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IDAB), e nesta função teria sido informado, por uma outra professora, chamada Lourdes Paraíso que “[...] em “Cova de Onça”, Nêste município, a professora Lúcia Emília de Carvalho Araújo, ali também servindo, estava criando um certo problema, no meio rural, agitando os colonos e procurando subverter a ordem legal; [...]”¹²Citou também que foi convidado pelo bispo da região a conhecer uma das colônias agrícolas administradas pelo referido, e que em períodos anteriores a administração do Bispo a colônia sofria “influências vermelhas, maléficas”, passando então o Bispo a doutrinar aquela comunidade, visando tornar uma comunidade democrática, mas que a professora Lúcia Emília se tornou um grande problema para doutrinação do Bispo.

[...]o que comunicava ele logo o fato à CRC (Companhia de Revenda e Colonização), bem como às autoridades policiais, possivelmente, mas principalmente ao Andre Paulo Crespo, um verdadeiro tutor da localidade; que, em face da sublevação da ordem, levada a efeito pela professora Lúcia, naquele local, o Sr. Bispo por muitas vezes se mostrara aflito, chegando ao ponto de perder a sua autoridade de administrador perante a professora Lúcia Emília de Carvalho Araújo, a quem os colonos somente a ela passaram a obedecer; [...] (SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS N° 16.473/SSP N° 22.559. P. 50)

Novamente observamos expresso o conflito entre as autoridades religiosas e a professora Lúcia, que segundo o depoente, teria se tornado também uma espécie de autoridade local, figura que aparentemente os camponeses respeitavam, contrariando as antigas e tradicionais figuras de poder de contextos rurais brasileiros, o coronel, a igreja, o prefeito e a polícia.

¹¹ SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS N° 16.473/SSP N° 22.559. P. 31

¹² SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS N° 16.473/SSP N° 22.559. P. 50

Absalão Pereira continua, a afirmar que teria tido acesso, por meio da anteriormente citada, professora Lourdes Paraíso, a quem tece elogios à sua religiosidade, aos bilhetes de caráter subversivo escritos pela professora Lúcia Emília.

[...] chegara a saber o declarante que por parte de Dona Lourdes fôra encontrados bilhetes ou rascunhos dirigidos pela professora Lúcia Emília a alguém, de sua intimidade, pois a matéria neles tratada era de caráter puramente subversivo, pois um desses bilhetes chegara até a ser apresentado ao declarante onde a professora Lúcia dizia que a tapeação ali era a mesma, que estava se infiltrando bem naquele meio; que o referido bilhete visto por ele declarante, mas que, visto, pela professora Dona Lourdes, bilhete igualmente dirigido por Lúcia Emília a pessoas de sua intimidade, solicitava ela a remessa de pólvora, estopim, etc.; que o bilhete apresentado ao declarante, fôra igualmente mostrado ao Padre Paulo Crespo. [...] (SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 50)

Ao afirmar que viu o bilhete da professora se comunicando sobre atividades de sublevação local, o funcionário da rede de ferrovias, eleva o nível e a gravidade das denúncias, afirma ainda que a professora Lourdes Paraíso declarou ter visto em outros bilhetes solicitações de pólvora e estopim, indicando uma possível movimentação terrorista da professora, porém, não chegou a expor provas, somente o próprio relato e a citação do relato da professora Lourdes Paraíso.

Cita ainda a presença da professora Lúcia Emília em atividades consideradas subversivas, inclusive no apoio ao candidato de esquerda no pleito municipal da localidade.

[...] por ocasião das greves camponesas aqui rompidas, a figura da professora Lúcia Emília era aqui uma constante, iscitando aquela gente a práticas subversivas; que integrava também a delegação dos candidatos comunistas, por ocasião do pleito municipal; que nas reuniões sindicais, nos Sindicatos dos Ferroviários, Sind, digo, dos Componeses, dos Trabalhadores na Indústria de papel Portela, etc., a professora Lúcia Emília aparecia sempre, ressaltando ele declarante que isso ocorria, não nas reuniões normais, mas naquelas de caráter extraordinário que tratavam de greves e agitações; [...] (SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 50)

Em seguida, o depoente objetiva ainda fornecer uma suposição para o desaparecimento de Lúcia Emília da cidade, segundo o mesmo, ela poderia estar com um outro membro do PCB da região, Pedro Virgulino, um ex-empregado de um comércio da região, que fora demitido por conta da sua articulação política com os movimentos de

esquerda. Ainda afirma que a professora seria na região uma “segunda edição” da professora Maria Celeste, do município de Vitória de Santo Antão.¹³

A trajetória da professora Maria Celeste Vidal é um tanto quanto próxima da de Lúcia Emília, militante das Ligas Camponesas, foi presa no dia seguinte ao golpe, em 01 de Abril de 1964, por ter organizado uma das primeiras resistências à investida golpista, contra a prisão do então governador Miguel Arraes. Ela, junto com um tenente, Edvaldo Cavalcanti, tomaram uma rádio para solicitar armas para efetuar a resistência ao golpe, e em seguida organizar o povo em uma marcha até Recife (SANTOS, 2016, P. 101). Atendendo ao chamado, mil camponeses se organizaram na praça da cidade de Vitória de Santo Antão para esperar pelas armas, mas, na noite do dia primeiro, o exército chegou a localidade e prendeu os líderes do movimento, Celeste Vidal foi para a casa de detenção do Recife, onde foi brutalmente torturada, e mais tarde para a Colônia Penal do Bom Pastor, onde cumpriu o resto da sua pena.

Antes de encerrar o depoimento, Absalão afirma ainda que os pais de Lúcia divergiam dos seus pensamentos, o que caracterizaria fato notório para os que conheciam a família. Ao final do seu depoimento assinam os mesmos membros da comissão anteriormente citados.¹⁴

No mês seguinte, no dia 19 de maio de 1964, ocorreria como relata a filha de Lúcia Emília, Iracema de Carvalho Araújo, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça a segunda prisão da professora. Iracema Araújo descreve que tinha por volta de 11 anos de idade, quando estava em casa com sua mãe, na zona oeste de Recife, ocasião em que casa foi invadida por policiais civis e militares à paisana, em seguida foram encapuzadas e colocadas em uma viatura que passou a dar voltas pela cidade, momento em que ambas começam a sofrer torturas, ainda dentro do veículo. (REINA, 2019, P. 209)

Somente horas depois chegaram ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Recife, na Rua da Aurora. Iracema relata que ainda encapuzada com um saco de estopa foi colocada nua em um tanque com água e fios de cobre descascados, que a provocavam choques. Iracema afirma ainda que neste momento ouvia os gritos de dor da mãe. Em certo tempo sua cabeça foi descoberta, momento que entrou na sala um homem alto e de botas, chamado Doutor Osmar, este teria mandado os outros homens pararem com aquilo, por ela ser apenas uma menina, e que deveriam levá-la embora, para rodarem a cidade e deixá-la em um lugar de fácil acesso. Neste momento, com a vista livre,

¹³SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 51

¹⁴SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 51

Iracema conseguiu observar sua mãe tendo as unhas arrancadas com alicate. Os homens obedeceram a ordem e deixaram a menina na praça do Derby, região central do Recife, e lá ela permaneceu durante toda a noite, até que durante a manhã com a ajuda de um casal conseguiu voltar para a sua residência.

Por mais brutal de que se trate a tortura conjunta de mãe e filha, esta prática não surge de uma raiva desmedida, mas de um ato planejado para atacar não somente o corpo físico, mas também a alma. Como Foucault descreve em *Vigiar e Punir* “Trata-se de recolocar as técnicas punitivas — quer elas se apossam do corpo no ritual dos suplícios, quer se dirijam à alma — na história desse corpo político.”¹⁵. O terror psicológico é característica comum dos Estados ditatoriais aos seus opositores, e a ditadura militar brasileira se apoderou com maestria desta prática, como Eduardo Reina remonta em *Cativeiro sem fim*, são várias as crianças seviciadas durante a ditadura por conta da atuação política dos seus pais.

Esta prisão não consta nas páginas do inquérito da comissão que investigou a professora, possivelmente se tratando de uma prisão ilegal e não documentada. É possível haver também uma alteração proposital nas datas dos fatos e nas datas do referido inquérito, não é informado tanto no depoimento de Iracema, quanto pelo Jornalista Eduardo Reina e nem foi encontrado documento que afirmasse a data de soltura de Lúcia Emília.

A defesa

A advogada encarregada da defesa no processo de Lúcia Emília foi Mércia de Albuquerque Ferreira, amiga pessoal da professora, madrinha de sua filha, Iracema Araújo, e um dos ícones da luta judiciária contra a ditadura militar em Pernambuco¹⁶. Reconhecida com diversos prêmios relacionados aos direitos humanos. Afirmou que Lúcia Emília só soube que respondia ao referido processo no dia primeiro de junho do mesmo ano, por conta de uma publicação no Jornal do Comércio do Recife, buscou também apontar as contradições apresentadas entre os depoentes ou suas inelegibilidades para deporem contra a professora.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. P. 32

¹⁶ALBUQUERQUE, Mércia Ferreira. DECLARAÇÃO. DHNET, 2002. Disponível em http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/juridica/declaracoes/08_luciaemilia.htm Acesso em: 20 nov 2021

Sobre a primeira testemunha ouvida, o Padre Antônio Bezerra Lima, a advogada afirma que não é pessoa conhecida da indiciada, e que ela não se recordaria de ter tido a referida conversa com o religioso, afinal, teve contato com muitos padres da região por ser educadora do município. Aborda as características apresentadas pelo Padre acerca da professora, como a idade, que o padre declara se tratar de uma senhora divorciada de cerca de quarenta anos, quando Lúcia Emília na verdade possuía 24 e era solteira. Dando a presumir que o padre conversou com outra pessoa, não com a indiciada. Ainda aborda a questão da relação da professora com o MCP, que segundo o padre, a indiciada seria coordenadora, mas segundo a advogada isto seria impossível porque o movimento sendo municipal se restringiria ao Recife, e a professora lecionaria somente em Jaboatão.¹⁷

Sobre o segundo testemunho, o do funcionário do IBGE que teria presenciado a conversa da professora Lúcia Emília com o padre Antônio Bezerra, a advogada aponta a contradição do depoente afirmar que ouviu que a professora coordenaria escolas rurais organizadas por sindicatos, enquanto o padre declara que ela seria do MCP, cita ainda que o depoente responderia pelo artigo 213 do código penal, que se refere a crimes sexuais, portanto não seria pessoa válida a depor contra alguém.¹⁸

Os argumentos trazidos pela advogada são um tanto quanto superficiais, os argumentos se prendem na suposta idade da professora, relatada pelas testemunhas, o seu estado civil e sua área de atuação profissional, alegações que não mudariam a perspectiva da comissão acusadora, que estava a orquestrar uma investigação que já teria o seu final definido antes mesmo do seu começo.

E como dito anteriormente, o único relato do depoimento do prefeito do município, Vicente Alberto Carício, é a defesa da advogada, que atribui às suas declarações divergências políticas em um pleito eleitoral entre o mesmo e a investigada, o que impossibilitaria a sua neutralidade.¹⁹ Descredita também a alegação da participação da professora em reuniões sindicais municipais, pôr a mesma ser servidora estadual, solicita a apresentação das atas destas reuniões, caso existam. Continua afirmando que Lúcia não teve participação em campanhas eleitorais, visto que não foi candidata a nenhum cargo, o que nos faz presumir que o prefeito de Jaboatão em seu

¹⁷SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 31

¹⁸SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 31

¹⁹SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 31

depoimento usou da oposição política da professora contra ele, como objeto de acusação contra a mesma.²⁰

Quanto ao último depoente, Absalão Pereira, a advogada relatou que a acusada desconhecia esta pessoa, mas que foi convidada, por meio de um portador da testemunha a assumir a direção de um posto médico do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), proposta que foi recusada por a professora afirmar que não entendia de medicina nem de enfermagem. Declara ainda que a professora jamais enviou de Cova da Onça qualquer tipo de bilhete, de qualquer natureza, a qualquer pessoa, nem mesmo cartas à sua família.

Conclui afirmando que a ré nunca esteve foragida, visto que “desde que eclodiu o movimento revolucionário de 1º abril” a professora teria ficado em sua residência, afastada do contexto camponês de Jaboatão. Contexto que a fez passar a ensinar em outra escola, de onde tirava seu sustento. Afirma também que a indiciada possui religião cristã espírita, informação que provavelmente visa afastar as acusações de conflitos com autoridades religiosas do município. Consta no documento a assinatura da professora Lúcia Emília de Carvalho Araújo em 03 de junho de 1964.²¹

A defesa da advogada de Lúcia Emília, baseada em deslegitimar os depoimentos e os depoentes que acusaram a professora de práticas subversivas, foram desconsideradas pelo relator do processo, o tenente coronel João Antônio Coimbra da Trindade que declarou que “Limitou-se, entretanto, a negar tão somente as referidas acusações sem maiores argumentos que pudessem justificá-la ou anular as imputações feitas pelas testemunhas.”²². Cita ainda as informações colhidas com a Secretária de Educação, que afirmam que a professora só efetuou matrícula durante dois dias no início do ano letivo, para assim induzir ao pensamento de que ela estaria dedicando seu tempo aos movimentos grevistas. Encerra afirmando que a declaração da indiciada, por meio da sua advogada, veio a robustecer a convicção da sua culpabilidade como incentivadora e participante de acontecimentos que estão enquadrados no ato institucional.

A condenação

No dia 13 de julho de 1964, a Comissão Central de Investigação de Pernambuco deliberou por adotar as conclusões do relatório do tenente coronel João Antônio Coimbra,

²⁰SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 40

²¹SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 40

²²SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 24

o qual, segundo a comissão, teria respaldo jurídico e acertado fundamentos. Com base nisso, responsabilizou a professora Lúcia Emília por “práticas atentatórias ao regime democrático” e amparados pelo artigo 7, inciso primeiro do ato institucional de número 1²³, aplicar a ela a pena de aposentadoria. Assinaram o documento o desembargador Euclides Ferraz, o já citado relator do caso e o promotor Francisco Evandro de Paiva Onofre. A decisão foi posta em prática no dia 20 do mesmo mês pelo Governador do Estado de Pernambuco.²⁴

Ainda em 1964, data que não soube afirmar com precisão, Iracema relata outra prisão da sua mãe, segundo ela, as duas estavam em casa quando agentes chegaram e enquadraram sua mãe a questionando “professora Mila, vai fugir?”, momento que Lúcia Emília mandou a menina fugir, que assim o fez, correndo para a casa dos vizinhos sem que fosse vista pelos agentes militares. Em seguida colocaram Lúcia Emília no camburão, foi a última vez que Iracema viu sua mãe. (REINA, 2019, P. 214) A casa dos vizinhos era a do mesmo casal que a acolheu quando a menina foi abandonada na Praça do Derby, o casal logo se mudou para o Rio de Janeiro, levando Iracema, o que a fez perder os laços com a mãe e com a família materna. (REINA, 2019, P. 216) No Rio de Janeiro, Iracema viveu com várias famílias e em várias casas, mais tarde se casou, e guardou durante muito tempo na memória apenas parte do nome da sua mãe, Emília, professora Mila. Em 1969, ao se divorciar, mudou-se para São Paulo, engajou-se em movimentos populares por moradia, filou-se ao PCB, e em 1990 voltou à Pernambuco em busca da sua verdadeira história, ocasião em que conheceu Mércia Albuquerque, sua madrinha, que a ajudou a remontar o seu passado e o da sua mãe. (REINA, 2019, P. 218)

O relato da professora em depoimento

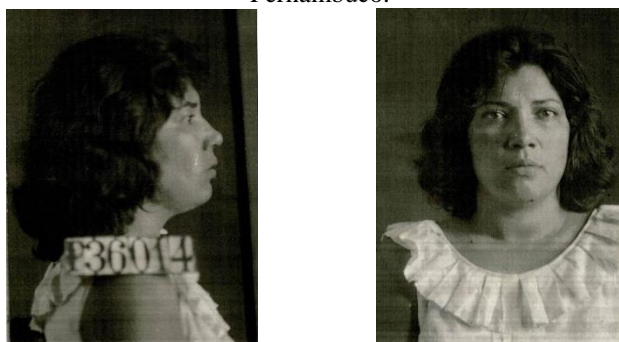
Somente após mais de um ano do início das investigações oficiais, em 17 de novembro de 1965, Lúcia Emília terá seu depoimento ouvido oficialmente. A ré é presa no dia 16 de novembro de 1965, e no dia seguinte a professora Lúcia Emília de Carvalho

²³ § 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a proibidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. BRASIL. Casa Civil. ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm.>. Acesso em: 13 nov. 2021.

²⁴ SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 27

Araújo é ouvida e o depoimento anexado ao referido inquérito. O depoimento foi prestado no Recife, e foi coordenado pelo o delegado da Delegacia Auxiliar, órgão responsável pelos serviços de infiltração, espionagem e repressão, Álvaro Gonçalves da Costa Lima²⁵. Delegado da Polícia Federal e lotado no DOPS-PE desde 1937, Costa Lima foi um dos grandes articuladores do CCC – Comando de Caça aos Comunistas, órgão paramilitar, composto por civis e militares para perseguir comunistas, lideranças de esquerda e qualquer um que os prestasse apoio.

Imagem 1: Fotografias tiradas em 17/11/1965, durante o momento de sua prisão na Delegacia Auxiliar de Pernambuco.



Fonte: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 3

Sobre o seu relato, Lúcia iniciou ao afirmar que quando começou a lecionar em Cova da Onça, se deparou com um movimento reivindicatório camponês, estes que eram pressionados pelo administrador do engenho em que trabalhavam, o qual se conhecia por “João de Tal”. Por sua proximidade com a comunidade e dos camponeses, se tornou intermediária dos conflitos entre as duas partes. Em certo dia, foi informada que existia na região um grande dentista chamado Joaquim Oliveira, e que este era comunista, resolveu então extrair um dente com o referido profissional para conhecer de perto um comunista, inicialmente por pura curiosidade. Todavia, na ocasião acabou por discutir com o referido os problemas sociais da região, tendo ao final da conversa, recebido do dentista alguns livros que apontariam para aquela problemática do campo - provavelmente obras marxistas – os quais a mesma estudou com afinco. Adiante, foi apresentada pelo dentista à outras pessoas da cidade interessadas também nos problemas sociais discutidos, figuras como José Napoleão, mais conhecido como “Dêdê” e José de Oliveira Castro, mas que sem saber até o momento que se tratavam de membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB).²⁶

²⁵ SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 34

²⁶ SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 37

Após vários encontros, Oliveira Castro convidou a professora a fazer parte dos quadros do partido, e que após analisar o estatuto do partido aceitou o convite, ficando definido em discussão que a professora atuaria no município de Jaboatão do Guararapes, onde trabalhava, e não em Recife, onde passava os finais de semana. Logo tomaria frente na campanha política para vice prefeito do município²⁷, do candidato Joaquim Oliveira, dentista anteriormente citado, porém, este foi derrotado pelo candidato aliado ao prefeito Vicente Carício, vice que ela não saberia informar o nome. Relatou ainda encontros no período anterior ao golpe com diversas personalidades do PCB, como David Capistrano e Luiz Carlos Prestes, e contou sobre a tentativa de restaurar o Comitê Municipal do Partido em Jaboatão, além de uma disputa existente entre o PCB e Partido Comunista do Brasil (PCdoB) sob a atuação nos campos da região. Esta deveria ser gerida por uma comissão do campo, e cita os membros envolvidos nesta comissão.

É importante ressaltar que o depoimento, colhido durante a terceira prisão da professora, muito provavelmente, partindo das análises das demais prisões, envolveu coerção e violência física, práticas corriqueiras dos agentes da repressão, portanto é pouco provável que a mesma estivesse falando sobre seus companheiros de militância de forma não forçada. Soma-se também ao fato de estar relatando acontecimentos de 3 anos anteriores, de modo que os seus colegas já poderiam ter se preparado para serem perseguidos e fugido, ou mesmo, já estavam presos.

A professora Lúcia Emília afirmou que participou da Comissão do Campo do PCB até o 31 de março de 1964, com o golpe militar ficando inativa na sua residência até ser intimada à depor a uma comissão de inquérito em maio de 1964, momento que é registrada sua primeira prisão, e em seguida foi aposentada como atestam os documentos anteriormente citados. Lúcia Emília aponta ainda ter sido procurada por membros do PCB que solicitavam ajuda financeira para a militância, levando-a a contribuir por três vezes, sendo ao final da terceira contribuição convidada para um encontro com um membro do partido em frente à câmara dos vereadores do Recife.²⁸

Ao comparecer no local e hora combinados Lúcia foi convocada por um homem chamado Ribeiro à participar de uma reunião do partido comunista. A reunião contou com a presença de Hurich Holffman, David Capistrano, Dêdê, entre outros, e ocorreu em janeiro de 1965. A partir deste momento Lúcia começou a usar o pseudônimo de “Inez”,

²⁷Até 1964 prefeito e vice prefeito concorriam de forma individual, o que gerou vários problemas, por exemplo a tentativa de impedimento da posse de Goulart após a renúncia de Jânio Quadros.

²⁸SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 38

e na reunião foram discutidas a conjuntura política do golpe, o comportamento dos membros dos partidos perante as prisões e a ajuda financeira à militância, a professora relatou que a solicitaram que fizesse um empréstimo de 30 mil cruzeiros para ajudar nos esforços, porém a mesma não concordou. A ela ainda foi incumbida a missão de visitar os sindicatos rurais, porém, a mesma somente o tentou fazer uma vez, em Jaboatão com um trabalhador da região conhecido por ela, mas que quando soube do cenário da região ficou muito assustada e não buscou mais contato. Também não compareceu as outras reuniões marcadas com membros do partido, e não teve mais qualquer tipo de participação política, o que a teria deixado surpreendida com a atual prisão.²⁹

No seu depoimento, Lúcia Emília acabou por contradizer sua primeira defesa, apresentada pela sua advogada, Mércia de Albuquerque Ferreira, e assinada pela ré. Porém, nestes três dias de prisão, a provável violência praticada contra a professora, assim como ocorreu nas demais prisões, deve ter feito com que a acusada agisse de forma desesperada, revelando sua real relação com as ligas camponesas e com o cenário político do município onde lecionava, revelando nomes de companheiros e membros do PCB. Não se tratava da primeira nem da segunda prisão de Lúcia, a professora já estava há 1 ano sendo vítima da repressão, fugindo, passando por prisões, torturas, e até mesmo sendo obrigada a doar sua filha, Iracema, para evitar que a menina passasse novamente pelos suplícios da tortura junto à ela. Se tratava de uma mulher exausta, fisicamente e mentalmente por conta dos eventos pelos quais passou, mas seu martírio ainda estava longe de terminar. Lúcia é posta em liberdade no dia 19 de novembro de 1965.

Alguns dias depois do depoimento da professora investigada, no dia 30 de novembro de 1965, o jornal Diário de Pernambuco estampou matéria com o título “PARTICIPOU DE REUNIÃO COMUNISTA COM A PRESENÇA DE DAVID CAPISTRANO”³⁰. Na matéria, o jornal discorre que foram feitos importantes esclarecimentos para avaliar a extensão dos planos comunistas contra o atual governo, que a professora teria “revelado ter sido vítima de uma elaborada catequese marxista”, descreve as solicitações de contribuição financeira e a reunião com membros do PCB, narrada pela professora que ocorrerá em janeiro do mesmo ano.

²⁹SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P. 39

³⁰SEM AUTOR. PARTICIPOU DE REUNIÃO COMUNISTA COM A PRESENÇA DE DAVID CAPISTRANO. Diário de Pernambuco, 30 nov. 1965, p. 14. Disponível em:<<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital> > Acesso em 18/11/2021

No dia 4 de dezembro de 1965, foi remetido o inquérito policial instaurado na Delegacia Auxiliar de Segurança Pública de Pernambuco à justiça militar. No encaminhamento, já constava laudo que afirmava que a professora Lúcia Emília fazia parte do grupo que buscava reestabelecer o Comitê Estadual do Partido Comunista³¹. A edição de 1 e 2 de janeiro de 1966, do Diário de Pernambuco, trazia a seguinte notícia no seu editorial: *Vermelhos, ainda: epílogo melancólico*. Que descrevia a conclusão do inquérito e que estavam indiciados além da professora Lúcia Emília outras pessoas do PCB, como Natánias Ribeiro, Ulrich Hoffman e sua esposa Mariza Hoffman, José Francisco Napoleão e João Bezerra da Cruz, por incorrerem nos artigos 9 e 10 da lei 1802³². A matéria afirma que na data todos já estavam presos e que deveriam ser julgados perante a auditoria de guerra, de acordo com o AI-2.³³ Apesar do jornal já noticiar as prisões, somente no dia 18 de fevereiro de 1966, o Conselho Permanente de Justiça do Exército decretou a prisão preventiva da professora, é citado o ofício de número 157, de responsabilidade da 7ª região militar.³⁴

Em declaração realizada em 08 de maio de 2002, a advogada e amiga pessoal de Lúcia Emília, Mércia de Albuquerque Ferreira, declarou à comissão de anistia que por meados de 1966, encontrou a professora presa e refletindo fisicamente as torturas sofridas, desorientada e subnutrida. A declaração se encontra disponível online.

[...] após exaustivas buscas encontrei a DECLARADA presa, acusada de exercer atividades subversivas, recolhida a Delegacia Auxiliar da Secretaria de Segurança Pública/PE, em estado deplorável, magra, desfigurada, cambaleante, balbuciando com dificuldades, exibindo hematomas generalizados, como resultante dos incansáveis interrogatórios a que fora desumanamente submetida. Posteriormente tive conhecimento de seu desaparecimento. Fatos pelos quais posso testemunhar, na qualidade de ex-presa política e advogada da DECLARADA. (ALBUQUERQUE, Mércia Ferreira. DECLARAÇÃO. DHNET, 2002. Disponível em http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/juridica/declaracoes/08_luciaemilia.htm Acesso em: 20 nov 2021)

³¹SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P.8

³² PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953. Art. 9º Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, pondo logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso. Art. 10. Filiar-se ou ajudar com serviços ou donativos, ostensiva ou clandestinamente, mas sempre de maneira inequívoca, a qualquer das entidades reconstituídas ou em funcionamento na forma do artigo anterior. LEI No 1.802, DE 5 DE JANEIRO DE 1953. [S. 1.], 5 jan. 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11802.htm. Acesso em: 8 dez. 2021.

³³SEM AUTOR. Vermelhos, ainda: epílogo melancólico. Diário de Pernambuco, 1 e 2 jan. 1966, p. 7. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>> Acesso em 19/11/2021

³⁴SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P.8

Neste período pouco se sabe sobre a vida pessoal da professora Lúcia Emília, o afastamento da família, dos pais, da sua filha e de amigos fizeram com que as únicas informações sobre a mesma fossem recolhidas de documentos oficiais de processos contra a professora e algumas poucas informações de jornais. Consta no inquérito que na data de 29 de agosto de 1967, a professora foi condenada a pena de 1 ano de prisão³⁵, se tratava da quarta prisão da professora, que por diversas vezes já havia passado pela colônia penal de mulheres delinquentes, não se tem a data da soltura da mesma. Mas, em 20 de agosto de 1969, o nome da professora constava novamente nas páginas do Diário de Pernambuco, na matéria que trazia os nomes dos “160 subversivos foragidos da justiça militar”.³⁶

Um dos amigos da professora, o padre Geraldo Magela, padrinho da filha de Lúcia Emília, Iracema Araújo, relata que a última prisão da professora se deu no mesmo ano, porém não se recorda dia nem mês, mas afirma que Lúcia Emília foi levada para o DOI-CODI do Recife, onde desapareceu e nunca mais foi vista. (REINA, 2019, P. 214). Neste período estava instituído o Ato Institucional de número 5, o AI-5, o mais autoritário dentre estes, como afirma Marcília Gama “O que se vê é a mais radical de todas as ações militares, agindo no sentido de neutralizar todas as forças e resistências contrárias ao regime, nem que para isso seja necessário prender, cassar mandatos, torturar e matar.” (SILVA, 2007, P. 93)

Lúcia Emília de Carvalho de Araújo foi mais uma das diversas vidas ceifadas pela ditadura militar brasileira, além de comunista, pesava contra ela um grande agravante, usar a educação como arma contra a opressão e as desigualdades vivenciadas diariamente por camponeses. Como afirmou Paulo Freire “Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente.” Ao doar sua vida pela crença de um mundo mais justo, Lúcia, foi antes de tudo, gente.

ANEXO

Tabela 1: Prisões sofridas por Lúcia Emília.

DATA	LOCAL
Por volta de abril de 1964	Xexéu - Alagoas
19 de maio de 1964	Imbiribeira - Recife

³⁵SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS N° 16.473/SSP N° 22.559. P.8

³⁶SEM AUTOR. 160 subversivos foragidos da justiça militar. Diário de Pernambuco, 20 ago. 1969, p. 8. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>> Acesso em 20/11/2021

16 de novembro de 1965	Imbiribeira - Recife
29 de agosto de 1967	Recife
Segundo semestre de 1969	DOI-CODI - Recife

Fonte: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual DOPS Nº 16.473/SSP Nº 22.559. P.8

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMABEN, Giorgio. *Estado de exceção 1942*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Ed 32°. Editora Vozes, Petrópolis: 2001.

COLLING, Ana Maria; JUNIOR, Ary Albuquerque Cavalcanti. *Militantes e Guerrilheiras*: as mulheres e a ditadura militar no Brasil. Revista Espacialidades, [s. l.], v. 15, n. 1, 2019.1. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades>. Acesso em: 7 dez. 2021.

CONTREIRAS, Hélio. *Militares confissões*: Histórias Secretas do Brasil. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora MAUAD, 1998.

DOS SANTOS, Rosana Maria. *Movimento de cultura popular*: um projeto de políticas públicas educacionais e culturais na cidade do Recife na década de 1960. Anais do Viva a Pernambucanidade Viva, Recife, v. xiii, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.fafire.br/diretorio/vpv/vpv_18_01.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2021.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar*: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *1964*: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*: O Anticomunismo no Brasil (1917-1964) Tese (Doutorado em História) São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000.

REINA, Eduardo. *Cativeiro sem fim*: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil. São Paulo: Alameda, 2019

SANTOS, Thayana de Oliveira. *As mulheres do Raio Leste*: as presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967). Tese (Doutorado em História). Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória*: A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Tese (Doutorado em História). Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. *Os Protagonistas Anônimos da História*: Micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.